

BOLETIM INFORMATIVO
CAO.EDUCAÇÃO

Novembro/2022



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO



APRESENTAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional de Educação tem como papel essencial prestar apoio técnico às (aos) procuradoras (es) e promotoras (es) de Justiça, bem como às (aos) servidoras (es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação eficiente e resolutiva.

SUMÁRIO

AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO.....	4
NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS.....	5
NOTÍCIAS DO MPF.....	10
NOTÍCIAS DIVERSAS.....	11
EVENTOS.....	14

EQUIPE CAO-EDUCAÇÃO

Miguel Shlessarenko Júnior – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO-Educação

Patrícia Eleutério Campos Dower – Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-Educação

Carin Luciane de Azevedo – Assistente Ministerial

Marcos André dos Santos Júnior – Auxiliar Ministerial

NOTÍCIAS DO MPMT



[TCE convida MPMT a participar de articulação pela melhoria da educação](#)



O conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Antônio Joaquim Rodrigues Neto, supervisor do Comitê Temático de Educação da instituição, esteve na tarde desta quarta-feira (05) no gabinete do procurador-geral de Justiça, José Antônio Borges Pereira, para formalizar convite para que o Ministério Público de Mato Grosso (MPMT) integre o Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação no Brasil (Gaepe Brasil), um espaço de diálogo e cooperação entre instituições públicas e a sociedade civil envolvidas com a política pública educacional buscando induzir ações articuladas que melhorem a qualidade e assegurem o direito à educação. O Gaepe já foi implantado em seis estados e sua instalação em Mato Grosso ocorrerá no próximo dia 24.

[Visão sistêmica é apontada como caminho para pacificação de conflitos](#)

Integrantes do Ministério Público de Mato Grosso e da comunidade escolar de todo o estado participaram, no dia 11 de outubro de 2022, de um debate sobre “Pacificação social de conflitos no ambiente escolar”. Os palestrantes, professores doutores Marcelo Luiz Pelizzoli, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e Cândida Soares da Costa, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), defenderam a visão sistêmica, a ampliação do olhar, a mediação escolar, a promoção da cultura de paz e o estímulo ao ambiente restaurativo como as soluções para os conflitos escolares.



[Instituições firmam parceria por melhorias na educação estadual](#)



Ao promover a articulação entre as instituições públicas e a sociedade civil, o Gabinete de Articulação para Efetividade das Políticas de Educação de Mato Grosso (Gaepe-MT) fará com que a tomada de decisões na área da educação seja mais célere e eficaz. A proposta foi oficialmente apresentada na manhã desta segunda-feira (24), em evento de instalação do Gabinete realizado no Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT).

NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS

[MPMG firma Termo de Compromisso com o Município de Itabirito para prevenir e combater a violência nas escolas locais](#)

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e o Município de Itabirito assinaram um Termo de Compromisso (TC) com a finalidade de implementar o “Programa de Prevenção e Combate à Violência em Ambiente Escolar” nos estabelecimentos de ensino locais. A medida atende atual e crescente necessidade, sobretudo após o retorno às aulas presenciais, em 2022.



[MPSC - Liminar determina que Urussanga zere a fila de espera para vagas em creches](#)

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) obteve medida liminar obrigando o Município de Urussanga a fornecer, no prazo de até 120 dias, vagas em creches a todas as crianças de até quatro anos incompletos. De acordo com a decisão, o Poder Público deverá fornecer as vagas para as crianças que estejam cadastradas perante o município, sob pena de multa-diária no valor de R\$ 1 mil em caso de descumprimento. Até setembro, 56 crianças estavam na fila de espera.

[“Assistência Menstrual”: projeto do MPPB resulta em lei que beneficia estudantes de Imaculada](#)



Estudantes da rede municipal de ensino do município de Imaculada, no Sertão do estado, passaram a contar com a distribuição gratuita de absorventes. A medida é resultado do projeto “Assistência Menstrual”, desenvolvido pela Promotoria de Justiça de Água Branca, com o objetivo de implementar ações junto aos gestores locais quanto à assistência material e psicológica a alunas das redes municipais de ensino em situação de pobreza menstrual, de modo a combater a evasão escolar.

[A pedido do MPPE, Justiça determina que Paulista monitore demanda por vagas e assegure matrícula de crianças](#)

A Vara da Infância e Juventude de Paulista acatou integralmente os pedidos do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) na ação civil pública número 14400-47.2022.8.17.3090 e concedeu decisão de tutela antecipada determinando ao município de Paulista que adote as medidas necessárias para zerar, em até 30 dias, a lista de espera por vagas em creches e pré-escolas elaborada pela Promotoria de Justiça da Educação de Paulista.



[MPCE ajuíza ação para Município de São Benedito fazer concurso e contratar profissionais para atender crianças e adolescentes com autismo](#)



O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), por meio da 1ª Promotoria de Justiça de São Benedito, ajuizou uma Ação Civil Pública (ACP) em desfavor do Município para que seja ofertado atendimento a crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista (TEA) através da contratação de profissionais de fonoterapia, psicoterapia, psicopedagogia e terapia ocupacional por meio da realização de concurso público. Além disso, o MPCE cobra que seja ofertado cuidadores escolares para dar suporte aos alunos com TEA da rede municipal de ensino.

[MPSC atua para garantir a ampliação da educação em tempo integral em Santa Catarina](#)

O monitoramento do cumprimento da Meta 6 do Plano Nacional de Educação no estado, realizado pelo Programa Educação na Meta, do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), trouxe uma preocupante constatação: os municípios catarinenses, de modo geral, estão longe de cumprir a meta de 25% dos alunos em escola de ensino infantil, fundamental e médio de período integral.

[MPRJ - Promotoria de Petrópolis ajuíza ação para que o Município garanta uniformes escolares aos alunos da rede pública de ensino para o ano letivo de 2023](#)

A 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Petrópolis ajuizou ação civil pública em face do Município de Petrópolis, para que o mesmo garanta uniformes escolares aos alunos da rede municipal de ensino para o ano letivo de 2023. O inquérito que originou a ACP foi instaurado partir de



notícia de que os alunos seriam impedidos de frequentar as aulas na Escola Municipal Professora Jandira Peixoto Bordignon, caso não estivessem uniformizados.

[MPAL recomenda a contratação de psicólogos e assistentes sociais pela Educação de Arapiraca e Craibas](#)



O Ministério Público de Alagoas (MPAL) resolveu notificar a Prefeitura Municipal de Arapiraca e de Craibas, por meio de recomendação, sobre a necessidade de contratação de profissionais da Psicologia e do Serviço Social para atuarem nas escolas da rede pública de Educação Básica. A medida visa o cumprimento da Lei 13.935/2019.

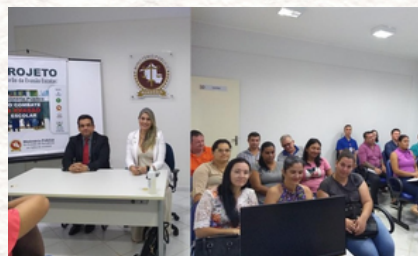
A recomendação foi motivada por nota técnica emitida pelo Núcleo de Defesa da Educação do MPAL em dezembro de 2020. No documento, destaca-se a importância da atuação multiprofissional no processo de ensino-aprendizagem, principalmente nas questões que são próprias à área do Serviço Social e da Psicologia, garantindo o desenvolvimento físico, moral, mental e social dos estudantes da Educação Básica.

[MPPA cobra ressarcimento de despesas realizadas sem licitação pela Secretária Municipal de Educação de Ananindeua](#)

O Ministério Público do Estado do Pará, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Ananindeua, ajuizou ação de responsabilidade civil por ato de improbidade administrativa, com pedido de ressarcimento, contra a Secretária Municipal de Educação (SEMED) da Prefeitura de Ananindeua, nos autos do processo nº 0801537-47.2022.8.14.0006.

[Projeto desenvolvido pelo MPRO consegue resolutividade de 95% da evasão escolar em São Miguel do Guaporé](#)

O Projeto “Mutirão de Evasão Escolar”, de iniciativa do Promotor de Justiça de São Miguel Guaporé, Adalberto Mendes de Oliveira Neto, visa desenvolver, em efetivo, a rede do Busca Ativa Escolar, promover o engajamento dos Secretários Municipais de Educação, Assistência Social e Saúde, Conselheiros Tutelares, Psicólogos e Assistentes sociais do CRAS, com o objetivo principal de reinserção do aluno evadido à escola, de maneira célere e eficaz, garantindo-se, assim, o direito a educação.



MPPE cobra transparência em seleção simplificada para cargos da Educação

Após tomar conhecimento de denúncias sobre supostas irregularidades na divulgação de espelho de resposta da prova discursiva do processo seletivo simplificado para os cargos de professor e auxiliar de sala de aula, deflagrado pela Prefeitura de Lagoa dos Gatos, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) expediu recomendação cobrando maior transparência na divulgação de atos referentes ao certame.

CAO de Direitos Sociais lança documento "Intersetorialidade no retorno escolar" para membros do MPPA



O Centro de Apoio Operacional dos Direitos Sociais (CAODS) enviou, a todos os Promotores de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), o documento intitulado "Intersetorialidade no retorno escolar", elaborado com o apoio das técnicas do GATI Danielly Laurentino, Iracema Jandira, Sheyla Regina e Ana Maria Helfer. O objetivo é subsidiar a atuação do membro no combate à evasão escolar e aos impactos negativos advindos desse fenômeno. Diante do distanciamento de alunos do espaço escolar, ocasionado, em especial, pela pandemia da COVID-19, respostas multissetoriais estão sendo perquiridas para a identificação das causas da evasão e para a elaboração de estratégias eficazes. [Acesse aqui o material](#).

CAO de Direitos Sociais lança manual prático sobre o FUNDEB para membros do MPPA

O Centro de Apoio Operacional dos Direitos Sociais (CAODS) enviou a todos os Promotores de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), o "Manual prático sobre o FUNDEB", elaborado pela equipe do CAODS. O documento objetiva subsidiar a atuação do Promotor de Justiça que opera na área da educação e ratifica o entendimento de que os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos



Profissionais da Educação (FUNDEB), destinados às redes estaduais e municipais de educação, são imprescindíveis para tornar o sistema educacional brasileiro mais equitativo e menos desigual, representando uma das principais fontes de financiamento da educação no país e tornando-se, ainda, uma política permanente de Estado. [Acesse aqui o manual](#).

[MPRN recomenda que Prefeituras de Patu e Messias Targino realizem os repasses mensais para manutenção e desenvolvimento do ensino](#)

O Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN), por meio da Promotoria de Justiça de Patu, editou recomendações para que as Prefeituras e as Secretarias de Finanças e de Educação dos Municípios de Patu e Messias Targino, na região Oeste do Estado, garantam o custeio mínimo das ações de manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE). Os atos abrem prazo de 60 dias para que os gestores informem as medidas adotadas em razão da atuação ministerial.

[MPPA - Promotoria fiscaliza irregularidades na distribuição de merenda escolar](#)



Após instauração de Procedimento Administrativo, a Promotora de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua, Fabia Mussi de Oliveira Lima, garantiu a regularização da merenda estudantil na Escola Estadual de Educação Básica Benedito Nunes Direito.

[Após atuação do MPCE, Prefeitura de Trairi cria atendimento especializado para alunos com deficiência em escolas municipais](#)

Após atuação do Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), o município de Trairi implementou o Atendimento Educacional Especializado (AEE) voltado para crianças com deficiência, no sistema municipal de ensino. A Resolução nº 14/2022, que formaliza a medida, foi oficialmente publicada em evento na sede da Câmara Municipal de Trairi, com a presença do promotor de justiça Chagas Vasconcelos Neto, do prefeito Carlos Gustavo e de representantes da Secretaria M. de Educação.



NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL



[MPF obtém condenação judicial do município de Jacareacanga \(PA\) por completo descaso com educação indígena](#)

A Justiça Federal obrigou o município de Jacareacanga (PA) a pagar indenização por danos morais coletivos por ter violado repetida e sistematicamente o direito à educação escolar das crianças e adolescentes do povo indígena Munduruku. O descaso com a educação indígena foi tamanho que alunos de escolas indígenas tiveram que plantar roças de mandioca para vender farinha e, assim, poder comprar materiais escolares básicos.



[Supremo segue PGR e suspende decisões trabalhistas em SC que bloqueiam verbas da educação](#)



Segundo parecer da Procuradoria-Geral da República, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a suspensão de decisões da Justiça do Trabalho de Santa Catarina que bloqueiam, penhoram ou sequestram verbas da educação para quitação de dívidas trabalhistas. A decisão unânime foi no julgamento, por meio do Plenário Virtual, da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 988, ajuizada pelo governador do estado.

[MPF cobra de órgãos federais fiscalização de uso de verbas do Fundeb e cumprimento do mínimo constitucional pelo Estado de Pernambuco](#)

O Ministério Público Federal (MPF) cobrou do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Ministério da Educação (MEC) e Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que informem as medidas adotadas pelos órgãos federais para fiscalização das verbas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), bem como do cumprimento da aplicação do limite mínimo constitucional de 25% em Pernambuco e nos demais entes subnacionais.



OUTRAS NOTÍCIAS

[CNMP recomenda que Ministério Público atue a favor da busca ativa escolar e da recomposição da aprendizagem](#)



Todos os ramos e unidades do Ministério Público brasileiro devem adotar medidas que promovam a busca ativa escolar e a recomposição da aprendizagem, a fim de minimizar os prejuízos decorrentes da pandemia da Covid-19. Isso é o que prevê a Recomendação CNMP nº 94/2022, publicada nesta quinta-feira, 13 de outubro, no Diário Eletrônico do CNMP. Para isso, a recomendação orienta que os membros do Ministério Público adotem providências para incentivar a elaboração e a implementação dos planos municipais e estaduais de busca ativa e recuperação da defasagem escolar.

[Governo de MT institui programa para erradicar analfabetismo e elevar índices da educação](#)

O Governo de Mato Grosso, por meio da Secretaria de Estado de Educação (Seduc), instituiu nesta semana o programa EducAção - 10 anos, com o objetivo de garantir a melhoria dos índices educacionais na próxima década. A meta é que Mato Grosso esteja entre as 10 melhores Educações do país nos próximos anos. De acordo com o governador Mauro Mendes, o programa foi elaborado de forma a contemplar as melhores práticas educacionais existentes no país, parte delas inspirada em ações que deram certo em estados considerados referência em Educação, adaptando-as para a realidade de Mato Grosso.



[Criança autista será indenizada por sofrer discriminação em escola pública de Joinville](#)



O município de Joinville foi condenado ao pagamento de R\$ 5 mil, a título de indenização por danos morais, a uma criança e seu representante legal em virtude de diversos atos e comportamentos de exclusão e discriminação sofridos em uma escola pública, em razão de o menino ser portador do transtorno do espectro autista, condição que lhe garante, entre outros direitos, o acompanhamento de professor especial em sala de aula.

[TJSC confirma condenação de escola por praticar bullying contra aluna que escutava rock](#)

Uma instituição de ensino de cunho religioso da capital teve condenação mantida pela prática de bullying contra uma aluna e terá de indenizá-la em R\$ 15 mil, por danos morais, mais ressarcimento de despesas comprovadas com medicamentos e tratamentos psicológicos a que teve de se submeter para superar os traumas, a título de danos materiais. A decisão partiu da 7ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça, em apelação sob a relatoria da desembargadora Haidée Denise Grin.



[Justiça determina que Prefeitura de Paulista assegure vagas necessárias para crianças em creches e pré-escolas do município](#)

O Juízo da Vara da Infância e Juventude de Paulista determinou, em decisão proferida na última quinta-feira (13/10), que a Prefeitura de Paulista adote as medidas necessárias para zerar, em até 30 dias, a lista de espera por vagas em creches e pré-escolas do município. A decisão atende ao pedido de tutela antecipada efetuado em ação civil pública de autoria do Ministério Público de Pernambuco (MPPE). Confira a [decisão](#) na íntegra.

[TJ-SP anula lei estadual que instituía escola cívico-militar na rede pública](#)



Só o Poder Executivo tem legitimidade para propor leis sobre a rede pública de ensino. Assim entendeu o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo ao anular a Lei Estadual 17.359/2021, que autorizava a implantação do modelo de escola cívico-militar na rede estadual de ensino. A lei teve iniciativa parlamentar, mas foi sancionada pelo governador. O Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) ajuizou a ADI e alegou que o texto violou o princípio da separação dos poderes e a competência reservada ao chefe do Poder Executivo para dar início ao processo legislativo sobre a matéria.

[TJPB invalida lei sobre distribuição de material didático com conteúdo impróprio nas escolas](#)

Na sessão desta quarta-feira (19), o Pleno do Tribunal de Justiça da Paraíba julgou inconstitucional a Lei nº 6.950, de 3 de julho de 2018, do Município de Campina Grande, que dispõe sobre a adequação da rede municipal de ensino aos direitos fundamentais declarados no Pacto de San José da Costa Rica, bem como sobre a distribuição de material didático com conteúdo impróprio para crianças e adolescentes. A decisão seguiu o voto do relator do processo, Desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque.

TRF - Sistema de cotas exige que ensino médio tenha sido integralmente cursado na rede pública

Um estudante recorreu ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) da sentença que o impediu de fazer matrícula no curso superior de Medicina, na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFUF), em que foi aprovado pelo sistema de cotas. Na decisão, o juiz reconheceu que apesar de o aluno ter cursado parte do ensino médio em escola particular na condição de bolsista, ele teve acesso a um ensino de melhor qualidade comparado aos alunos que estudaram em escolas públicas, razão pela qual negou a matrícula.



TRF - Militar reformado por incapacidade total pode matricular filho em colégio militar independentemente de processo seletivo



A 5ª Turma do Tribunal Regional Federal (TRF1) garantiu a matrícula no Colégio Militar de Brasília para o filho de um militar reformado por incapacidade total, na condição de dependente, independentemente de processo seletivo. O entendimento se deu no julgamento do reexame necessário da União após sentença que anulou ato do colégio que impedia a matrícula do estudante.

Maria da Penha Vai à Escola: práticas de escolas do Distrito Federal são premiadas

O Tribunal de Justiça do DF e dos Territórios, por meio do Núcleo Judiciário da Mulher (NJM), realizou a solenidade de premiação dos vencedores da 3ª edição do Concurso de Seleção de Práticas Inovadoras do programa Maria da Penha Vai à Escola. O concurso para seleção de boas práticas foi realizado pelo NJM, com patrocínio da Amagis/DF e do Sindjus/DF, no intuito de motivar profissionais da área da educação a disseminarem iniciativas relacionadas à temática, divulgar e dar visibilidade às práticas inovadoras que contribuam para prevenção e enfrentamento da violência de gênero nas escolas.



EVENTOS

1. "MP Debate" Acesso à educação infantil. O evento acontecerá no dia 08 de novembro de 2022, das 09h00 às 11h30min (horário oficial de Cuiabá/MT). [Clique aqui](#).



Acesso à educação infantil

 08 /11  9H - Abertura  Plataforma Teams com transmissão ao vivo pelo canal do MPMT no Youtube

 Membros e servidores do Ministério Público Brasileiro

 ceaf.inscricoes@mpmt.mp.br



PROGRAMAÇÃO:

9h10 - Mesa 01

Tema - *Propostas para garantir o acesso à educação infantil*



Palestrante:
JOÃO MARCELO BORGES
Especialista em Educação do Banco Interamericano de Desenvolvimento



Debatedora:
KELLY CRISTINA B. DOS SANTOS
Promotora de Justiça do MPMT



Presidenta de Mesa:
LAÍS LIANE RESENDE
Promotora de Justiça do MPMT

10h25 - Mesa 02

Tema - *Desafios para garantir o acesso à educação infantil*

Palestrante:
DANIELA MENDES
Todos pela Educação



Debatedor
CAIO MÁRCIO LOUREIRO
Promotor de Justiça do MPMT





Realização:



Apoio:





MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional de Educação

Ministério Público do Estado de Mato Grosso

65 3611-0600

www.mpmt.mp.br